

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VOLTALIA SÃO MIGUEL DO GOSTOSO PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento,

VOLTALIA SÃO MIGUEL DO GOSTOSO PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 275, 1º andar, Itaim Bibi, CEP 04532-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 19.943.730/0001-54, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s), na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo) ("Agente Fiduciário");

USINA DE ENERGIA EÓLICA CARNAÚBA S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, na RN 221, Km 18, Fazenda Carnaúba, Zona Rural, CEP 59.585-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.535.588/0001-92, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("SPE I");

USINA DE ENERGIA EÓLICA REDUTO S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, na RN 022, Km 01, Fazenda Reduto, Zona Rural, CEP 59.585-000, inscrita no CNPJ/MF

DUCE SP

03 03 16

sob o nº 14.527.003/0001-92, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“SPE II”);

USINA DE ENERGIA EÓLICA SANTO CRISTO S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, na RN 221, Km 14, Fazenda Santo Cristo, Zona Rural, CEP 59.584-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.535.540/0001-84, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“SPE III”);

USINA DE ENERGIA EÓLICA SÃO JOÃO S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, na RN 221, Km 18, Fazenda São João, Zona Rural, CEP 59.585-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.535.646/0001-88, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“SPE IV” e, em conjunto com SPE I, SPE II e SPE III, simplesmente “SPEs”);

VOLTALIA SÃO MIGUEL DO GOSTOSO I PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 275, 1º andar, CEP 04532-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.278.819/0001-95, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“Acionista”);

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, as SPEs e a Acionista designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”;

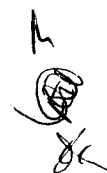
vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.” (“Escritura de Emissão”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se “Dia(s) Útil(eis)” qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

JUCESP
09 03 16
CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorização da Emissão, da Constituição, da Outorga e do Compartilhamento das Garantias pela Emissora

- 1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da (i) reunião do Conselho Fiscal da Emissora, realizada em 19 de novembro de 2015, na qual os membros do Conselho Fiscal emitiram parecer favorável à realização da Emissão e da Oferta Restrita, bem como aprovaram o encaminhamento da matéria à deliberação da assembleia geral de acionistas de Emissora, em observância ao artigo 163, inciso III da Lei das Sociedades por Ações ("RCF da Emissora"); (ii) Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 19 de novembro de 2015 ("AGE da Emissora"); e (iii) Assembleia Geral Extraordinária de rratificação da AGE da Emissora, realizada em 17 de fevereiro de 2016 ("AGE de Rerratificação") e, em conjunto com a RCF da Emissora e AGE da Emissora, "Atos Societários da Emissão", nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definidos na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições; (b) a outorga, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.19 abaixo das garantias previstas na Cláusula 4.15.1 abaixo; e (c) a autorização à Diretoria da Emissora a adotar todos e quaisquer atos e a assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização das deliberações dos Atos Societários da Emissão, especialmente para realização da Oferta Restrita e da Emissão, incluindo esta Escritura de Emissão e seus aditamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela Diretoria da Emissora para a implementação da Oferta Restrita, da Emissão e da constituição das garantias necessárias.
- 1.1.2. A contratação das Fianças Bancárias (conforme definidas na Cláusula 4.17.2 abaixo) foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 29 de julho de 2015 ("RCA da Emissora").



03 00 10

1.2.1. As Fianças (conforme definidas na Cláusula 4.17.1 abaixo) e as Garantias Reais (conforme definidas na Cláusula 4.15.1 abaixo), com exceção do penhor de ações de emissão das SPEs e da Emissora e da cessão fiduciária de direitos creditórios da *Holding*, em regime de compartilhamento, conforme previsto na Cláusula 4.19 abaixo, bem como a assunção das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, descritas na Cláusula 6.2 abaixo, foram aprovadas pelas SPEs conforme deliberações tomadas nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas, por cada uma das SPEs, em 06 de julho de 2015 (“RCA 06/07/2015”), 29 de julho de 2015 (“RCA 29/07/2015”) e 22 de dezembro de 2015 (“RCA 22/12/2015”) e, em conjunto com as RCAs 06/07/2015 e RCA 29/07/2015, “RCA das SPEs”).

1.2.2. O penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora e de propriedade da Acionista, a cessão fiduciária de direitos creditórios da *Holding* foram aprovados com base na deliberação das Reuniões do Conselho de Administração da Acionista, realizadas em 06 de julho de 2015 (“RCA da Acionista 06/07/2015”), em 29 de julho de 2015 (“RCA da Acionista 29/07/2015” e, em conjunto com a RCA da Acionista 06/07/2015, “RCAs da Acionista”). A assunção das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão descritas na Cláusula 6.3 abaixo, em especial a de efetivar aportes serão aprovadas pelo Conselho de Administração da Acionista previamente à Data de Subscrição.

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e desta Escritura de Emissão (“Oferta Restrita”), deverá observar os seguintes requisitos:

h
e
e

JUCESP

03 03 15

2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários da Emissora

2.1.1. Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”): (i) a ata da AGE da Emissora foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº 530.485/15-1 em 01 de dezembro de 2015 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Diário de Notícias” (“Jornais de Publicação”) nas respectivas edições de 17 de dezembro de 2015; (ii) a ata da RCF da Emissora será arquivada na JUCESP; (iii) a ata da AGE Rerratificação será arquivada na JUCESP e publicada nos Jornais de Publicação; e (iv) a ata da RCA da Emissora, foi arquivada na JUCESP sob o nº 361.680/15-6, em 14 de agosto de 2015, e publicada no DOESP na edição de 5 de setembro de 2015 e no jornal “Diário de Notícias” nas edições de 5, 6, 7 e 8 de setembro de 2015.

2.1.2. As atas dos atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivadas e publicadas e que, eventualmente, venham a ser realizados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivadas na JUCESP, bem como serão publicadas nos Jornais de Publicação.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial, Publicação dos Atos Societários das SPEs e da Acionista

2.2.1. As atas das RCAs das SPEs foram arquivadas perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (“JUCERN”) sob os seguintes números de arquivamento e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte (“DOERN”) e no jornal “Tribuna do Norte” (“Jornais de Publicação das SPEs”) nas seguintes edições, conforme aplicável: (i) atas das RCAs 06/07/2015 arquivadas perante a JUCERN sob os nºs 24332572, 24332574, 24332575 e 24332573, respectivamente, em 21 de julho de 2015, e publicadas nos Jornais de Publicação das SPEs nas respectivas edições de 28 de janeiro de 2016; (ii) atas das RCAs 29/07/2015 arquivadas perante a JUCERN sob os nºs 24333887, 24333889, 24333888 e 24333886, respectivamente, em 11 de agosto de 2015, e publicadas no DOERN na edição de 28 de janeiro de 2016 e no jornal “Tribuna do Norte” na edição de 14 de janeiro de 2016; e (iii) atas das RCAs 22/12/2015 arquivadas perante a JUCERN sob os nºs 24336214, 24336216, 24336215 e 24336217, respectivamente, em 18 de janeiro de 2016, e publicadas nos Jornais de Publicação das SPEs nas respectivas edições de 28 de janeiro de 2016.

h
SC

JUCESP

03 03 15

2.2.2. As atas (i) da RCA da Acionista 06/07/2015 foi arquivada perante a JUCESP sob o nº 327.965/15-0 em 28 de julho de 2015, e publicada no DOESP e no jornal “Diário de Notícias” nas respectivas edições de 21 de agosto de 2015; e (ii) da RCA da Acionista 29/07/2015 foi arquivada perante a JUCESP sob o nº 354.022/12-5 em 12 de agosto de 2015, e publicada no DOESP e no jornal “Diário de Notícias” nas respectivas edições de 5 de setembro de 2015. A ata da reunião do Conselho de Administração da Acionista mencionada na parte final do item 1.2.2 acima será arquivada perante a JUCESP e publicada no DOESP e no jornal Diário de Notícias.

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão e averbamento de seus eventuais aditamentos na Junta Comercial

2.3.1. Esta Escritura de Emissão será inscrita e seus eventuais aditamentos serão averbados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos arquivadas na JUCESP em até 5 (cinco) dias após a respectiva inscrição ou o respectivo averbamento.

2.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.4.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários, com esforços restritos, não sendo objeto de protocolo, registro e arquivamento perante a CVM, exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta Restrita e a comunicação de seu encerramento à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º, respectivamente, da Instrução CVM 476.

2.4.2. Por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do



“Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.5.1. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (“Lei nº 6.015/73”), em virtude das Fianças avençadas na Cláusula 4.17.1 abaixo, a Emissora deverá, de modo que seja observado o prazo previsto no artigo 130 da Lei nº 6.015/73, apresentar a presente Escritura de Emissão ou eventual aditamento, para registro, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento, conforme o caso, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Cidade de São Miguel do Gostoso e na Cidade de Touros, Estado do Rio Grande do Norte. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventual aditamento em até 5 (cinco) dias após os respectivos registros.

2.5.2. Os Contratos de Garantia (conforme definido no item (vii) da Cláusula 4.15.1 abaixo) e o Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido na Cláusula 4.19.1 abaixo), assim como quaisquer aditamentos subsequentes a estes contratos, serão celebrados e levados a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou de Registro de Imóveis, conforme indicado nos respectivos instrumentos, sendo certo que: (a) no caso dos Contratos de Garantia, incluindo respectivos aditamentos, que devam ser registrados em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, os mesmos deverão ser apresentados para registro, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva celebração, de modo que seja observado o prazo previsto no artigo 130 da Lei nº 6.015/73, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário, dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do último registro, 1 (uma) via original do respectivo instrumento devidamente registrado; (b) no caso dos Contratos de Garantia, incluindo respectivos aditamentos, que devam ser levados a registro em Cartório de Registro de Imóveis, os mesmos serão apresentados a registro no prazo de até 10 (dez) dias contados da respectiva data de celebração, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário, dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do último registro, 1

1

JUL 2015

(uma) via original do respectivo instrumento devidamente registrado; e (c) no caso do Contrato de Compartilhamento de Garantias, incluindo respectivos aditamentos, o mesmo será registrado no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data do recebimento, pela Emissora, da via assinada do referido instrumento, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário, dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro, 1 (uma) via original do respectivo instrumento devidamente registrado.

- 2.5.3. Os penhores que vierem a ser constituídos por meio do Contrato de Penhor de Ações da Emissora e do Contrato de Penhor de Ações das SPEs (conforme definidos nos itens (i) e (ii) da Cláusula 4.15.1 abaixo) serão averbados em até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura do respectivo contrato, observado o disposto na Cláusula 2.5.3.1 e 4.15.4 abaixo.

2.5.3.1. A Emissora e as SPEs entregarão ao Agente Fiduciário cópias integrais e autenticadas (i) dos livros de registro de ações nominativas da Emissora e das SPEs, ou (ii) caso as ações da Emissora e das SPEs venham a se tornar escriturais (ii-a) dos livros e/ou sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs ou do extrato da conta de depósito fornecido às respectivas acionistas e (ii-b) de declaração da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs, evidenciando a anotação referida nesta Cláusula, em até 5 (cinco) dias após as respectivas averbações.

- 2.5.4. As Fianças Bancárias (conforme definidas na Cláusula 4.17.2 abaixo), assim como quaisquer aditamentos subsequentes a tal documento, serão registradas, às expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do domicílio das instituições financeiras emissoras das Fianças Bancárias e do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no prazo de até 20 (vinte) dias contado da data de emissão das Fianças Bancárias. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original das Fianças Bancárias em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros.

2.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

- 2.6.1. As Debêntures serão depositadas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e

JUCESP
03 03 18

- (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.6.4 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais (conforme definido na Cláusula 3.6.4 abaixo), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.7. Enquadramento do Projeto

2.7.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”) e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido abaixo) como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”), por meio das seguintes Portarias do MME: (i) 518, de 29 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (“DOU”) em 30 de setembro de 2014; (ii) 514, de 22 de setembro de 2014, publicada no DOU em 23 de setembro de 2014; (iii) 520, de 29 de setembro de 2014, publicada no DOU em 30 de setembro de 2014; e (iv) 673, de 19 de dezembro de 2014, publicada no DOU em 22 de dezembro de 2014, (em conjunto, “Portarias”).

CLÁUSULA III

OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica.

JUL 15
03 03 16

3.2. Número da Emissão

- 3.2.1. A presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Data de Emissão

- 3.3.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de janeiro de 2016 ("Data de Emissão").

3.4. Número de Séries

- 3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

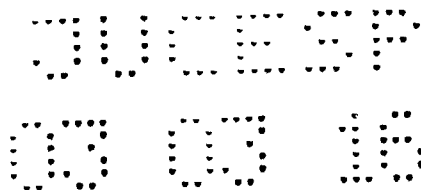
3.5. Valor Total da Emissão

- 3.5.1. O valor total da Emissão é de R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), observada a possibilidade de colocação parcial das Debêntures, observada a subscrição e integralização de Debêntures no montante mínimo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), tendo em vista que o montante final da Oferta Restrita variará de acordo com a demanda a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), de modo que o Valor Total da Emissão poderá ser ajustado, por meio de aditamento à presente Escritura de Emissão, considerando o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos da Cláusula 3.6.2 abaixo.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, em regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação do Banco Crédito Agrícola Brasil S.A., na qualidade de instituição financeira intermediária líder da Oferta Restrita e de eventuais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e listadas no Anexo II do Contrato de Distribuição ("Coordenador Líder" e "Participantes Especiais", respectivamente), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfica, com Garantia Adicional

1
[assinatura]



Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, das Debêntures da 1ª (Primeira) Emissão da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

- 3.6.2. Nos termos do Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder organizará o procedimento de coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, para verificação, junto aos Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), da demanda pelas Debêntures (“Procedimento de Bookbuilding”), de forma a definir a quantidade de Debêntures a ser subscrita. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser levado a registro perante a JUCESP e perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, conforme Cláusulas 2.3.1 e 2.5.1 acima, estando desde já as Partes autorizadas e obrigadas a celebrar tal aditamento, sem a necessidade de prévia aprovação societária da Emissora e/ou das SPEs e/ou da Acionista, e sem necessidade de prévia Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido).
- 3.6.3. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder e os Participantes Especiais, em conjunto, poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476.
- 3.6.4. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 (“Instrução CVM nº 539”), e para fins da Oferta Restrita, são considerados:
- (a) “Investidores Profissionais”: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539;

JUL 29
03 03 16

(v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e

(b) “Investidores Qualificados”: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.6.5. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

3.6.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, nos termos do artigo 7º da Instrução CVM 476 e do anexo 9-A da Instrução CVM 539, conforme aplicável, a respectiva condição de Investidor Profissional e de que está ciente e declara, dentre outros e conforme aplicável: (i) possuir conhecimento sobre o mercado financeiro suficiente para que não lhe sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos demais investidores; (ii) ser capaz de entender e ponderar os riscos financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em valores mobiliários que só podem ser adquiridos por Investidores Profissionais; (iii) possuir investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (iv) que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que poderá ser registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados ANBIMA, nos termos da Cláusula 2.4.2 acima; (v) que as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (vi) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento

h
9
16

JUL 27
03 03 15

da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias (conforme definido na Cláusula 4.17.2 abaixo).

- 3.6.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.
- 3.6.8. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelo atual Acionista da Emissora.
- 3.6.9. A distribuição das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador

- 3.7.1. O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”), e o escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Escriturador”). O Escriturador será responsável por realizar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela CETIP e instruções editadas pela CVM. O Banco Liquidante e o Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante aprovação pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 8.1.1 abaixo.

3.8. Destinação dos Recursos

- 3.8.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 (“Resolução CMN 3.947”), os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados exclusivamente para pagamentos futuros ou reembolso de gastos relacionados à implantação das quatro centrais geradoras eólicas abaixo descritas, que formam o Complexo São Miguel do Gostoso, conforme abaixo detalhado:

1
2
3
4

JUL 2015

Objetivo do Projeto	Implantação das quatro centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico São Miguel do Gostoso: Carnaúba, Reduto, Santo Cristo e São João e do respectivo sistema de transmissão associado (“Projeto”).
Data de início de geração de receitas	O parque eólico Reduto começou a gerar receitas operacionais a partir de 26/06/2015, e os parques São João, Santo Cristo e Carnaúbas a partir de 30/06/2015.
Fase atual do Projeto	O Projeto está atualmente em operação.
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto	Os custos totais de investimento no Projeto estão estimados em aproximadamente R\$ 481.430.000,00 (quatrocentos e oitenta e um milhões e quatrocentos e trinta mil reais).
Valor das Debêntures que será destinado ao Projeto	R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais), ou o montante efetivamente obtido pela Emissora com a colocação das Debêntures, caso a quantidade de Debêntures a ser distribuída seja reduzida, após a realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures	Os recursos a serem captados pelas Debêntures deverão ser utilizados para pagamento futuro e/ou o reembolso dos custos de implantação do Projeto.
Percentual dos recursos financeiros necessários ao projeto provenientes das Debêntures	As Debêntures representam aproximadamente 11,8% (onze inteiros e oito décimos por cento) dos usos totais estimados do Projeto, caso o montante efetivamente obtido pela Emissora com a colocação das Debêntures seja correspondente a R\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais), após a realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .

3.8.2. Os recursos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão transferidos às SPEs, nas mesmas condições ou em condições menos onerosas do que as da presente Emissão, para a consequente realização do Projeto.

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1.1. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, sendo considerada “Data de Subscrição”, para fins da presente Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que foram integralizadas após a Data de Subscrição será o Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido abaixo) das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição até a data de sua efetiva integralização.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo remanescente de seu respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e eventuais encargos moratórios, conforme o caso, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º da Resolução CMN 3.947, as Debêntures terão prazo de vigência até 15 de dezembro de 2028 (“Data de Vencimento das Debêntures”).

4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 57.000 (cinquenta e sete mil) Debêntures, observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, tendo em vista que a quantidade efetiva de Debêntures a ser subscrita e integralizada será determinada por meio do Procedimento de *Bookbuilding*

15

QUANTIDADE
DE DEBÊNTURES

(“Quantidade de Debêntures”), observada a subscrição e integralização de, no mínimo, 30.000 (trinta mil) Debêntures. As Partes ficam desde já autorizadas e obrigadas a celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão, nos termos do Anexo I, para fins de refletir a Quantidade de Debêntures, sem a necessidade, para tanto, de prévia aprovação societária da Emissora, das SPEs e/ou da Acionista, tendo em vista que a quantidade mínima e máxima de Debêntures objeto da Oferta Restrita já foi deliberada por meio dos Atos Societários da Emissão e constam das deliberações adotadas nas RCAs das SPEs e nas RCAs das Acionista, e sem necessidade de prévia Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido).

4.2. Atualização Monetária e Juros Remuneratórios

As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus a juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:

4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures:

4.2.1.1 O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), desde a Data de Subscrição até a data do efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável (“Valor Nominal Unitário Atualizado” e “Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado”, respectivamente). A Atualização Monetária das Debêntures será calculada conforme a fórmula abaixo:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

DUCESP
03 03 18

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (valor nominal remanescente após amortização de principal e atualização monetária a cada período), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

C = Fator acumulado das variações mensais do índice utilizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

dup = número de Dias Úteis entre Data de Subscrição ou a última Data de Aniversário (conforme abaixo definido) das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice utilizado, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima Data de Aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “k”.

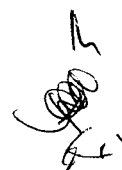
O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

1
00
12

JUN 15
03 03 15

- 4.2.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência do IPCA"), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, observados a boa fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma variação produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.
- 4.2.1.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora referida na Cláusula anterior, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.
- 4.2.1.4. Caso a Taxa Substitutiva venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre os Debenturistas e a Emissora, em deliberação realizada em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o quórum estabelecido na Cláusula 8.4.1 adiante, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, a totalidade das Debêntures deverá ser resgatada antecipadamente e, conseqüentemente, cancelada pela Emissora, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente



DUCE SP
03 03 15

anterior. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.2.1.5. Caso o IPCA volte a ser divulgado ou caso venha a ser estabelecido um substituto legal para o IPCA mesmo após a determinação da Taxa Substitutiva, o IPCA voltará, desde o dia de sua divulgação, ou, conforme o caso, o seu substituto legal passará, desde a data em que passe a vigor, a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária, incidindo retroativamente à Data de Aniversário, conforme definida na Cláusula 4.2.1.1 acima, do mês imediatamente anterior à sua divulgação, sendo, portanto, dispensada a realização da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre este assunto.

4.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures:

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa equivalente à soma exponencial: (i) do percentual correspondente à taxa interna de retorno das Notas do Tesouro IPCA+, com Juros Semestrais, com vencimento em 15 de agosto de 2022 (“Tesouro IPCA + 2022”) a ser verificada no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Subscrição, conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>); e (ii) de uma sobretaxa equivalente a um percentual de 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios”).

4.2.2.2 Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, a partir da Data de Subscrição ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (Fator\ Juros - 1)$$

Onde:

1
GOL

JURIS
03 03 15

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = taxa a ser informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser apurada na forma da Cláusula 4.2.2.1;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.3 A presente Escritura de Emissão será aditada nos termos da minuta de aditamento constante do Anexo I para refletir a Quantidade de Debêntures subscritas e integralizadas, conforme resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos das Cláusulas 4.1.6 e 4.2.2.1 acima, bem como para refletir a taxa final consolidada dos Juros Remuneratórios, sendo dispensada a realização de novo ato societário das Partes para tanto e sem necessidade de prévia Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido).

4.2.3. Período de Capitalização:

4.2.3.1. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada

JUN 15
05 03 15

Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

4.2.3.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre, no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo certo que o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios será realizado em 15 de junho de 2016 (data do primeiro pagamento) e os demais pagamentos de Juros Remuneratórios ocorrerão sucessivamente, nos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”, conforme aplicável). Farão jus ao recebimento dos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento de Juros Remuneratórios.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado

4.3.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado ou o Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 15 de junho de 2017 e a última na Data de Vencimento, conforme cronograma descrito na 1ª coluna da tabela a seguir (“Datas de Amortização das Debêntures”) e percentuais dispostos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir (“Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado”), sendo os percentuais descritos na 2ª (segunda) coluna da tabela a seguir (“Proporção do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado”) meramente referenciais, calculados de acordo com a proporção do Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, a ser amortizado na respectiva data de amortização, conforme descrito na 3ª (terceira) coluna:

Data de Amortização	Proporção do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado*	Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado**
15 de junho de 2017	12,0000%	12,0000%
15 de dezembro de 2017	0,5000%	0,5682%
15 de junho de 2018	9,0000%	10,2857%
15 de dezembro de 2018	0,5000%	0,6369%
15 de junho de 2019	4,0000%	5,1282%
15 de dezembro de 2019	0,5000%	0,6757%

L. AL
②

JUCESP
03 03 15

15 de junho de 2020	2,0000%	2,7211%
15 de dezembro de 2020	0,5000%	0,6993%
15 de junho de 2021	1,5000%	2,1127%
15 de dezembro de 2021	0,5000%	0,7194%
15 de junho de 2022	1,5000%	2,1739%
15 de dezembro de 2022	0,5000%	0,7407%
15 de junho de 2023	3,5000%	5,2239%
15 de dezembro de 2023	0,5000%	0,7874%
15 de junho de 2024	6,0000%	9,5238%
15 de dezembro de 2024	0,5000%	0,8772%
15 de junho de 2025	9,0000%	15,9292%
15 de dezembro de 2025	0,5000%	1,0526%
15 de junho de 2026	12,0000%	25,5319%
15 de dezembro de 2026	0,5000%	1,4286%
15 de junho de 2027	14,0000%	40,5797%
15 de dezembro de 2027	0,5000%	2,4390%
15 de junho de 2028	10,0000%	50,0000%
15 de dezembro de 2028	10,0000%	Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado

* Percentuais destinados a fins meramente referenciais.

** Percentuais destinados ao cálculo do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado das Debêntures.

4.4. Local de Pagamento

4.4.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Prorrogação dos Prazos

4.5.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou

JUN 2018

decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.6. Encargos Moratórios

- 4.6.1. Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago (“Encargos Moratórios”).

4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

- 4.7.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária, Juros Remuneratórios ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.8. Repactuação Programada

- 4.8.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.9. Amortização Extraordinária

- 4.9.1. As Debêntures não estarão sujeitas a amortização extraordinária pela Emissora.

4.10. Resgate Antecipado Facultativo

- 4.10.1. As Debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, total ou parcial.

1
[assinatura]

DUCE SP
03 03 15

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão: (i) desde que permitido pela regulamentação aplicável, ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, observado que, até a presente data, o CMN ainda não emitiu regras relativas à possibilidade de resgate ou pré-pagamento das Debêntures; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das demais Debêntures. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

h
S
L

ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, tudo nos termos previstos em contrato de penhor de ações de emissão da Emissora a ser celebrado entre a Acionista, o Agente Fiduciário e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e, ainda, com a interveniência anuência da Emissora (“Contrato de Penhor de Ações da Emissora”);

DUCE SP
03 03 16

- (iv) penhor, pelas SPEs, dos direitos emergentes das autorizações expedidas pelo MME, quais sejam: (a) autorização concedida à SPE I por meio da Portaria nº 204, de 5 de abril de 2012, (b) autorização concedida à SPE II por meio da Portaria nº 230, de 13 de abril de 2012; (c) autorização concedida à SPE III por meio da Portaria nº 233, de 16 de abril de 2012; e (d) autorização concedida à SPE IV por meio da Portaria nº 173, de 22 de março de 2012 (em conjunto, “Autorizações”), bem como sobre direitos emergentes de eventuais Resoluções e/ou Despachos da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) que venham a ser emitidos, incluídas as suas subsequentes alterações, conforme termos previstos no Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos, de Direitos Creditórios, de Direitos Emergentes e Outras Avenças;
- (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade das SPEs sobre: (i) todos os direitos presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos “Contratos de Energia de Reserva”, celebrados pelas SPEs com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CERs”), e (ii) a totalidade dos demais direitos creditórios e receitas provenientes de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas SPEs no ambiente de contratação livre ou no ambiente de contratação regulada e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto. A cessão fiduciária mencionada neste item abrangerá os direitos creditórios de titularidade das SPEs depositados em cada uma das seguintes contas de titularidade de cada SPE: (i) Contas Centralizadoras; (ii) Contas Reservas do Serviço da Dívida BNDES; (iii) Contas Reservas de O&M; e (iv) Contas Reservas Especiais das SPEs (conforme definidos abaixo), nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, conforme termos previstos no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios das SPEs, administração de contas e outras avenças, a ser celebrado entre as SPEs, o Agente Fiduciário, o BNDES e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco administrador (“Banco Administrador”) e, ainda, com a interveniência anuência da Emissora (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs”);
- (vi) penhor, pelas SPEs, dos direitos emergentes (a) de cada um dos 4 (quatro) Contratos de Fornecimento de Aerogeradores, celebrados em 01 de março de 2013, conforme aditados, cada um dos contratos acima citados celebrados entre a Acciona WindPower Brasil Comércio, Exportação e Importação de

h
21

DUCE SP
03 03 15

Equipamentos para Geração de Energia Eólica Ltda. e cada uma das SPEs (“Contratos de Fornecimento de Aerogeradores”); (b) de cada um dos 4 (quatro) Contratos de Operação e Manutenção dos Aerogeradores, celebrados em 24 de fevereiro de 2014, cada um dos contratos acima citados celebrados entre a Acciona WindPower Brasil Comércio, Exportação e Importação de Equipamentos para Geração de Energia Eólica Ltda. e cada uma das SPEs (“Contratos de O&M dos Aerogeradores”); e (c) de cada um dos 4 (quatro) Contratos de Operação e Manutenção das Instalações Eletromecânicas, a ser celebrado conforme Proposta Técnica – PC 266_R3COM1, apresentada pela ENEX O&M de Sistemas Elétricos Ltda. em 13 de março de 2015, ou outro em iguais ou melhores condições e escopo, com cada uma das SPEs (“Contratos de O&M das Instalações”), conforme termos previstos no Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos, de Direitos Creditórios, de Direitos Emergentes e Outras Avenças;

- (vii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Emissora, depositados na Conta Reserva Especial da Emissora, na Conta Pagamento das Debêntures e na Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures (conforme definidos abaixo), nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, conforme termos previstos no contrato de cessão fiduciária, administração de contas e outras avenças, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o BNDES e o Banco Administrador e, ainda, com a interveniência anuência das SPEs (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding” e, em conjunto com o Contrato de Penhor de Ações da Emissora, o Contrato de Penhor de Ações das SPEs, o Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos, de Direitos Creditórios, de Direitos Emergentes e Outras Avenças e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs, os “Contratos de Garantia”).

- 4.15.2. A Emissora obriga-se a comprovar ao Agente Fiduciário a ciência, conforme o caso,
- (i) da ANEEL/MME, (ii) da Acciona WindPower Brasil Comércio, Exportação e Importação de Equipamentos para Geração de Energia Eólica Ltda., (iii) da ENEX O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ou outro prestador de serviço que venha a ser contratado pela Emissora e/ou pelas SPEs para realizar a operação e manutenção das instalações eletromecânicas do Projeto, (iv) da CCEE e (v) dos demais devedores dos direitos empenhados e dos direitos creditórios cedidos, conforme

JUCESP
03 03 16

aplicável, a respeito dos penhores mencionados na Cláusula 4.15.1, (iv) e (vi) acima, e da cessão fiduciária mencionada na Cláusula 4.15.1 (v) e (vii) acima, conforme o caso, mediante notificação a ser efetuada nos termos e prazos previstos no Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos, de Direitos Creditórios, de Direitos Emergentes e Outras Avenças e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs.

- 4.15.3. Previamente à celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs, a Emissora obriga-se a comprovar ao Agente Fiduciário a anuência inequívoca da CCEE quanto à cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes dos CERs celebrados pelas SPEs, em favor do BNDES e dos Debenturistas, como garantia dos Contratos de Financiamento com o BNDES e das Debêntures.
- 4.15.4. A Emissora e as SPEs obrigam-se, ainda, a providenciar a averbação do respectivo penhor das ações descritas na Cláusula 4.15.1 (i) e (ii) acima nos respectivos livros de registro de ações nominativas da Emissora e das SPEs, e/ou nos livros e/ou sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs, caso as ações da Emissora e das SPEs venham a se tornar escriturais, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido às respectivas acionistas, nos termos do artigo 39, e de seu §1º, da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura do Contrato de Penhor de Ações da Emissora e do Contrato de Penhor de Ações das SPEs, respectivamente. Ainda, após as referidas averbações, a Emissora e as SPEs deverão encaminhar ao Agente Fiduciário, cópias autenticadas integrais: (i) dos livros de registro de ações nominativas da Emissora e das SPEs; ou (ii) caso as ações da Emissora e das SPEs venham a se tornar escriturais (ii-a) dos livros e/ou sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs ou do extrato da conta de depósito fornecido às respectivas acionistas e (ii-b) de declaração da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs, evidenciando a anotação referida nesta Cláusula, em até 5 (cinco) dias após as respectivas averbações, nos termos das Cláusulas 2.5.3 e 2.5.3.1 acima.
- 4.15.5. O Agente Fiduciário deverá verificar a regularidade da constituição das Garantias (conforme definido abaixo), incluindo os devidos registros e averbações nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou de Registro de Imóveis e nos livros de registro de ações nominativas da Emissora e das SPEs ou

DUCE SP
03 03 16

nos livros e/ou sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs ou no extrato da conta de depósito fornecido às respectivas acionistas, conforme termos previstos na presente Escritura de Emissão e nos referidos Contratos de Garantia, e a comprovação da ciência por parte dos devedores dos direitos empenhados e dos direitos cedidos fiduciariamente, conforme o caso, nos termos informados nas Cláusulas 4.15.2 e 4.15.3 acima. Para tanto, a Emissora entregará ao Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 2.5 acima: (i) 1 (uma) via original dos Contratos de Garantia, desta Escritura de Emissão e das Fianças Bancárias devidamente registrados; (ii) cópia autenticada integral (ii-a) dos livros de registro de ações nominativas da Emissora e das SPEs ou (ii-b) caso as ações da Emissora e das SPEs venham a se tornar escriturais dos livros e/ou sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs ou do extrato da conta de depósito fornecido às respectivas acionistas, acompanhados de declaração da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs, evidenciando a anotação referida na Cláusula 4.15.4 acima; e (iii) a comprovação da ciência por parte dos devedores dos direitos empenhados e dos direitos cedidos fiduciariamente, conforme o caso, nos termos informados nas Cláusulas 4.15.2 e 4.15.3 acima.

- 4.15.6. Todas as despesas com o registro dos Contratos de Garantia, conforme previsto nos respectivos instrumentos, serão de responsabilidade da Emissora.
- 4.15.7. Fica, desde já, certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer Garantias Reais constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.
- 4.15.8. Observado o disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias Reais, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral do Valor Garantido.
- 4.15.9. As Garantias Reais referidas acima serão outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora, pela Acionista e pelas SPEs, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos dos Contratos de Garantia, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização

JUCESP
03 03 16

das Garantias Reais, a serem firmados entre a Emissora, a Acionista, as SPEs, o Agente Fiduciário, BNDES e demais partes de referidos instrumentos, conforme aplicável.

- 4.15.10. Previamente à celebração dos Contratos de Garantia, a Emissora deverá comprovar a desconstituição das garantias constituídas em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., o Itaú Unibanco S.A. e o Banco Bradesco S.A., no âmbito do “Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças”, celebrado com o Banco Santander (Brasil) S.A., o Itaú Unibanco S.A. e o Banco Bradesco S.A., na qualidade de fiadores, com a interveniência e anuência da Acionista e da Companhia Paranaense de Energia (“Contrato de Prestação de Fiança”).

4.16. Convolução em Debêntures da Espécie com Garantia Real

- 4.16.1. Uma vez verificada a constituição das Garantias Reais, nos termos da Cláusula 4.15.5 acima, as Debêntures deixarão de ser da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, e passarão a ser da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

- 4.16.2. As Partes ficam desde logo autorizadas a celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, nos termos do Anexo II, para formalizar a convolução da espécie das Debêntures de quirografárias, com garantia adicional fidejussória, para com garantia real, com garantia adicional fidejussória, mediante a constituição das Garantias Reais nos termos da Cláusula 4.15 acima. Fica desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do respectivo aditamento, cuja celebração deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados do registro dos Contratos de Garantia nos cartórios competentes, conforme estabelecido em tais instrumentos. O aditamento referido nesta Cláusula deverá ser levado a registro na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, conforme disposto nas Cláusulas 2.3.1 e 2.5.1 acima, observado que uma cópia do referido aditamento deverá ser entregue à CETIP e uma via original ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 5 (cinco) dias após os respectivos registros.

4.17. Garantias Fidejussórias

- 4.17.1. **Fianças das SPEs.** As SPEs aceitam a presente Escritura de Emissão, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos

DUCEP
03 03 16

artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil (conforme definido abaixo), e dos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil Brasileiro (conforme definido abaixo), e responsabilizando-se solidariamente entre si e com a Emissora, pelo fiel, pontual e integral pagamento do Valor Garantido (“Fianças”).

- 4.17.1.1. As SPEs se obrigam a, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, pagar o Valor Garantido no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado a partir do recebimento de comunicação com aviso de recebimento enviada pelo Agente Fiduciário informando da falta de pagamento de qualquer das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.
- 4.17.1.2. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas SPEs em relação às Fianças serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as SPEs pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis e serão realizados fora do âmbito da CETIP.
- 4.17.1.3. As Fianças aqui referidas são prestadas pelas SPEs em caráter irrevogável e irretratável e entrarão em vigor na data de assinatura da Escritura de Emissão, sendo certo que as SPEs desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.
- 4.17.1.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas SPEs com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 4.17.1.5. As Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido.
- 4.17.1.6. As Fianças permanecerão válidas e plenamente eficazes, em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações nos Contratos de Garantia, nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita.

h
S
K

31/05/2016

4.17.1.7. As despesas com o registro desta Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos serão de responsabilidade da Emissora.

4.17.2. **Fianças Bancárias.** Sem prejuízo das demais garantias constituídas ou a serem constituídas no âmbito da Emissão em favor dos Debenturistas, conforme previsto acima, a Emissora apresentará, como condição prévia à subscrição e integralização das Debêntures, fianças bancárias em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, junto a instituições financeiras que possuam *rating* mínimo de BB+ em escala global ou AA em escala local pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente pela Moody's, sendo certo que, para as instituições financeiras que sejam filiais de instituições estrangeiras e não possuam avaliação de risco de crédito no Brasil, deverá ser considerado o *rating* em escala global de sua matriz ("Fianças Bancárias" e, em conjunto com as Fianças e as Garantias Reais, "Garantias"), para o fim de, em conjunto, nos termos da Cláusula 4.17.2.1 abaixo, garantir o pontual e integral pagamento das Obrigações Afiançadas (conforme abaixo definido).

4.17.2.1. As Fianças Bancárias serão firmadas por meio de uma ou mais cartas de fiança, nos termos constantes do Anexo III a esta Escritura de Emissão, que deverão, somados os percentuais das Obrigações Afiançadas garantidos em cada carta de fiança, garantir o percentual de 100% (cem por cento) das Obrigações Afiançadas, devendo as instituições financeiras prestadoras das Fianças Bancárias se responsabilizarem na qualidade de devedoras solidárias e principais pagadoras, respeitados os limites indicados nas respectivas cartas de fiança, com renúncia aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, pelo fiel, exato e integral cumprimento das Obrigações Afiançadas.

4.17.2.2. As Fianças Bancárias serão parcialmente exoneradas pelo Agente Fiduciário, sendo o valor afiançado reduzido ao equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor integral das Obrigações Afiançadas caso: (i) a Emissora apresente ao Agente Fiduciário a comprovação do *Completion* Físico do Projeto, observados os termos das Cláusulas 4.17.2.5 e 4.20 abaixo; e (ii) as Garantias Reais estejam validamente constituídas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia.

4.17.2.3. As Fianças Bancárias deverão ser integralmente exoneradas pelo Agente Fiduciário caso: (i) a Emissora apresente ao Agente Fiduciário a comprovação do *Completion* Financeiro do Projeto, observados os termos das Cláusulas 4.17.2.5 e 4.20 abaixo; e



JUL 07
03 03 15

das Obrigações Afiançadas, em caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, vencimento antecipado das Debêntures, ou ainda, em caso de não pagamento das Debêntures na Data de Vencimento das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

- 4.17.2.10. As Partes concordam, desde já, que todos e quaisquer custos incorridos na prestação das Fianças Bancárias em favor dos Debenturistas deverão ser arcados pela Emissora.
- 4.17.2.11. Não há preferência quanto à execução das Fianças Bancárias, das Fianças ou das Garantias Reais. As Fianças Bancárias, as Fianças e qualquer das Garantias Reais são garantias diversas e autônomas e respondem pelo Valor Garantido e/ou pelas Obrigações Afiançadas, conforme aplicável, nos termos desta Escritura de Emissão, das Fianças Bancárias e dos Contratos de Garantia.
- 4.17.2.12. As Partes desde já concordam que dependerá de anuência prévia por escrito de todas as instituições financeiras prestadoras das Fianças Bancárias qualquer modificação relativa às características das Debêntures que implique alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios; ou (ii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures.
- 4.17.2.13. Observados os termos da Cláusula 4.17.2 e 4.17.2.8 acima, caso as Fianças Bancárias sejam emitidas por instituições financeiras que sejam filiais de instituições estrangeiras e que não possuam avaliação de risco de crédito no Brasil, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, conjuntamente com a Fiança Bancária, uma opinião legal emitida por escritório de advocacia escolhido a exclusivo critério da Emissora confirmando os poderes dos representantes da instituição financeira estrangeira emissora da Fiança Bancária.

4.18. Administração de Contas

- 4.18.1. A Emissora e as SPEs obrigam-se a constituir e manter, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BNDES, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, até a integral liquidação das Debêntures e dos Contratos de Financiamento com o BNDES:



- (i) contas centralizadoras de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, constituídas exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos CERs ou de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas SPEs no ambiente de contratação livre ou no ambiente de contratação regulada e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto (“Contas Centralizadoras”);
- (ii) contas reserva do serviço da dívida BNDES de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, cujo saldo mínimo de cada conta deverá corresponder a 3 (três) pagamentos mensais do serviço da dívida de cada um dos Contratos de Financiamento com o BNDES, até a liquidação de todas as obrigações deles decorrentes (“Contas Reservas do Serviço da Dívida BNDES”);
- (iii) conta vinculada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2016 (inclusive), observado o disposto abaixo, até o vencimento final das Debêntures, recursos em montante equivalente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação a que fazem jus os Debenturistas, recursos estes destinados ao pagamento da parcela subsequente de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, e dos Juros Remuneratórios calculados nos termos desta Escritura de Emissão, sendo certo que para o preenchimento da referida conta utilizar-se-á a projeção do IPCA, correspondente à projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim “Focus” elaborado pelo Banco Central do Brasil no último Dia Útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo (“Conta Pagamento das Debêntures”). Fica desde já acordado que, caso a Data de Subscrição das Debentures ocorra após 15 de janeiro de 2016, a Emissora deverá realizar o primeiro depósito de recursos na Conta Pagamento das Debêntures apenas na Data de Subscrição. Nesse caso, os recursos depositados na Data de Subscrição deverão ser correspondentes a todas as parcelas mensais aqui descritas e que deveriam ter sido depositadas entre 15 de janeiro de 2016 e a Data de Subscrição;
- (iv) contas reserva de operação e manutenção de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, cujo saldo mínimo de cada conta deverá corresponder ao equivalente a 3 (três) vezes o

40

JUCESP
03 03 16

pagamento mensal previsto no Contrato de Operação e Manutenção de Aerogeradores, até a liquidação de todas as obrigações deles decorrentes (“Contas Reservas de O&M”);

- (v) contas reserva especiais de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados os recursos remanescentes nas Contas Centralizadoras no volume e prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs (“Contas Reservas Especiais das SPEs”);
- (vi) conta vinculada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, para a qual deverão ser transferidos os recursos depositados nas Contas Reserva Especiais das SPEs, no volume e prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding (“Conta Reserva Especial da Emissora”);
- (vii) conta vinculada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados recursos em montante suficiente para garantir sempre com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência o pagamento da próxima prestação a que fazem jus os Debenturistas em razão do pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, e dos Juros Remuneratórios calculados nos termos desta Escritura de Emissão, sendo certo que para o preenchimento da referida conta utilizar-se-á a projeção do IPCA, correspondente à projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim “Focus” elaborado pelo Banco Central do Brasil no último Dia Útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo (“Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures”). Fica desde já acordado que, para garantir o primeiro pagamento das Debêntures, a Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures deverá estar integralmente preenchida na Data de Subscrição com o valor correspondente à parcela vincenda em 15 de junho de 2016;
- (viii) conta vinculada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados, na hipótese prevista na Cláusula 4.18.3 abaixo, recursos necessários para que o cálculo do índice de cobertura do serviço da dívida consolidado da Emissora (“ICSD”), apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras

h
21.

JUCESP
03 03 15

consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo V à presente Escritura de Emissão, e considerando a totalidade dos recursos mantidos na referida conta vinculada, atinja 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) (“Conta de Complemento do ICSD da Emissora”).

4.18.2. Poderão ser criadas e mantidas sob cessão fiduciária outras contas correntes diversas das especificadas na Cláusula 4.18.1 acima caso sejam necessárias para a operacionalização da cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos CERs ou quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas SPEs no ambiente de contratação livre ou no ambiente de contratação regulada e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto.

4.18.3. Caso, em cada uma das datas de apuração do ICSD da Emissora, não seja atingido o índice de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) (inclusive), mas o ICSD apurado seja superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (exclusive), a Emissora deverá depositar na Conta de Complemento do ICSD da Emissora, recursos suficientes para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na Conta de Complemento do ICSD da Emissora, atinja 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da referida data de apuração, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, de acordo com a metodologia de cálculo constante do Anexo V a esta Escritura de Emissão.

4.18.3.1 Caso a Emissora tenha saldo acumulado na Conta de Complemento do ICSD da Emissora, nos termos da Cláusula 4.18.3 acima e, após a verificação pelo Agente Fiduciário, na data de apuração do ICSD imediatamente subsequente, de que o índice de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) foi atingido, sem considerar para tal cálculo os recursos mantidos na Conta de Complemento do ICSD da Emissora, o saldo acumulado na Conta de Complementação do ICSD deverá ser liberado para a conta de livre movimentação da Emissora indicada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, desde que observados os termos e condições ali previstos.

4.19. Compartilhamento das Garantias

4.19.1. As Garantias Reais descritas na Cláusula 4.15.1 acima serão compartilhadas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, na proporção do

DUCE SP
03 03 16

respectivo saldo devedor de cada credor, com as dívidas decorrentes (i) do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0383.1” celebrado em 24 de agosto de 2015 entre a SPE I e o BNDES, com a interveniência da Emissora e da Acionista; (ii) do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0381.1” celebrado em 24 de agosto de 2015 entre a SPE II e o BNDES, com a interveniência da Emissora e da Acionista; (iii) do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0382.1” celebrado em 24 de agosto de 2015 entre a SPE III e o BNDES, com a interveniência da Emissora e da Acionista; e (iv) do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0384.1” celebrado em 24 de agosto de 2015 entre a SPE IV e o BNDES, com a interveniência da Emissora e da Acionista, todos na modalidade FINEM, cujos recursos serão destinados ao Projeto (“Contratos de Financiamento com o BNDES”), de acordo com o Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças a ser celebrado entre BNDES e o Agente Fiduciário (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”).

4.20. Fases do Projeto

4.20.1. Para fins e efeitos da presente Escritura de Emissão, as fases de *Completion* Físico e de *Completion* Financeiro do Projeto ocorrerão da seguinte forma:

- (I) entende-se por “Completion Físico” do Projeto a implantação do “Complexo Eólico São Miguel do Gostoso”, composto pelas quatro centrais geradoras eólicas denominadas Carnaúba, Reduto, Santo Cristo e São João (em conjunto, “Centrais Geradoras Eólicas”) e a apresentação cumulativa de:
- (a) licenças ambientais de operação das Centrais Geradoras Eólicas que compõem o Projeto, e da respectiva linha de transmissão, expedidas pelo órgão ambiental competente;
 - (b) despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da ANEEL, autorizando a entrada em operação comercial das Centrais Geradoras Eólicas que compõe o Projeto, ou ato equivalente;
 - (c) constituição válida das Garantias Reais;
 - (d) liquidação das Debêntures, ou comprovação do cumprimento da obrigação prevista no Parágrafo Quinto ou no Parágrafo Sexto, da Cláusula Décima

UDESC
03 03 16

Terceira ou Décima Segunda, conforme o caso, de cada um dos Contratos de Financiamento com o BNDES;

- (e) inexistência de mútuos entre as SPEs e seus acionistas ou pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora ou das SPEs, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Financiamento com o BNDES;
 - (f) apresentação das apólices de seguro contratadas na forma disposta nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Financiamento com o BNDES, acompanhadas dos respectivos comprovantes de quitação do prêmio;
 - (g) inexistência de inadimplemento das SPEs ou das demais empresas que pertençam ao seu respectivo grupo econômico perante o Sistema BNDES; e
 - (h) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade da operação das Centrais Eólicas Geradoras que compõem o Projeto.
- (II) o “Completion Financeiro” do Projeto ocorrerá por meio do cumprimento cumulativo das seguintes condições:
- (a) apresentação de instrumento que comprove a geração mínima de energia consolidada das Centrais Eólicas Geradoras que compõem o Projeto, de 453 GWh (quatrocentos e cinquenta e três Gigawatt-hora), em até 12 (doze) meses imediatamente anteriores à verificação;
 - (b) atendimento do ICSD de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, tendo como termo inicial a primeira amortização dos Contratos de Financiamento com o BNDES e após a liberação, pelo BNDES, dos recursos de todos os subcréditos previstos nos Contratos de Financiamento com o BNDES (com exceção do Subcrédito “C” do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0382.1), sendo certo que a Emissora poderá apurar, extraordinariamente, o ICSD no ano civil corrente à apuração unicamente para o atendimento ao disposto nesta alínea (b);



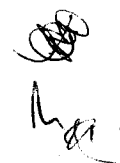
JUCESP
03 03 15

- (c) preenchimento integral das “Contas Reservas do Serviço da Dívida BNDES”, “Conta Reserva do Serviço da Dívida Debêntures”, “Conta Pagamento das Debêntures”, e das “Contas Reservas de O&M”, de titularidade de cada uma das SPEs, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs;
- (d) comprovação de utilização, pela SPE III, de 100% (cem por cento) dos recursos referentes ao Subcrédito “C” do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0382.1;
- (e) inexistência de inadimplemento das SPEs ou das demais empresas que pertencem ao seu respectivo grupo econômico perante o Sistema BNDES; e
- (f) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade das Centrais Eólicas Geradoras que compõem o Projeto.

4.21. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

4.21.1. A Emissora obriga-se a providenciar e enviar ao Agente Fiduciário, previamente à Data de Subscrição:


- (i) 1 (uma) via original da Escritura de Emissão devidamente arquivada na JUCESP, nos termos da Cláusula 2.3.1 acima, e registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.1 acima;
- (ii) 1 (uma) via original das Fianças Bancárias devidamente registradas nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.4 acima; e
- (iii) 1 (uma) cópia digitalizada do relatório preliminar de classificação de risco (*rating*) das Debêntures por agência de classificação dentre Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina, observado o envio do relatório definitivo nos termos do item (l) da Cláusula 6.1.1 abaixo.



JUCESP
03 03 16

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

- 5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.9 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme o caso), e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento da Emissora, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):
- (a) não pagamento, pela Emissora, nas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado do respectivo vencimento;
 - (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs e/ou da Acionista, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs e/ou pela Acionista, ou de falência relativo à Emissora e/ou a quaisquer das SPEs e/ou da Acionista formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo certo que para a Acionista as disposições desta alínea somente será aplicável até a data do *Completion* Físico;
 - (c) não renovação, cancelamento, revogação ou extinção das Autorizações;
 - (d) suspensão das Autorizações;
 - (e) não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção de demais autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a construção, desenvolvimento e



DUCE SP
03 03 16

manutenção do Projeto (observado o respectivo estágio de implantação do Projeto) ou, ainda, a alteração, não renovação, rescisão ou vencimento antecipado de qualquer um dos seguintes contratos (em conjunto, "Contratos do Projeto"): (i) CERS; (ii) Contratos de Fornecimento de Aerogeradores; (iii) Contratos de O&M dos Aerogeradores; (iv) Contratos de O&M de Instalações, (a ser celebrado posteriormente pela Emissora); e (v) as apólices de seguro já firmadas e eventuais aditamentos, atualizações e novas apólices de seguro que venham a ser contratadas pela Emissora e/ou por qualquer das SPEs no âmbito do Projeto, inclusive do Seguro-Garantia, conforme definido abaixo ("Apólices de Seguro"), desde que tal alteração, não renovação, vencimento antecipado ou rescisão possam afetar negativamente o desenvolvimento do Projeto ou causar um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido);

- (f) declaração de vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento com o BNDES ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs com o BNDES ou suas subsidiárias;
- (g) a transformação da Emissora e/ou das SPEs em outro tipo societário;
- (h) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou por quaisquer das SPEs e/ou pela Acionista, conforme aplicável, sendo certo que para a Acionista as disposições desta alínea somente serão aplicáveis até a data do *Completion* Físico;
- (i) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, por quaisquer das SPEs e/ou pela Acionista, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base no estipulado nesta alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, às SPEs ou à Acionista, observado o devido processo legal;
- (j) constituição pela Emissora, pela Acionista ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra



DUCE SP
03 03 16

espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos a terceiros que não os Debenturistas e o BNDES, observado o compartilhamento mencionado na Cláusula 4.19 acima;

- (k) descumprimento: (i) pela Emissora, pela Acionista ou por quaisquer das SPEs, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em até 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido ou em prazo de cura específico previsto nesta Escritura de Emissão; ou (ii) pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs e/ou pela Acionista, de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantia e demais documentos da Emissão dos quais fazem parte, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos, ou, em caso de não haver prazo de cura específico nos referidos instrumentos, em até 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido;
- (l) descumprimento pela Emissora e pelas SPEs de qualquer obrigação financeira perante o BNDES ou suas subsidiárias, que não seja comprovadamente regularizado no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do vencimento da respectiva obrigação;
- (m) sem prejuízo do disposto na alínea (y) abaixo, concessão de preferência a outros créditos ou assunção de novas dívidas, pela Emissora ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvadas as dívidas assumidas em função de obrigações regulatórias regulares junto à ANEEL, à CCEE e/ou à ONS, no valor, individual ou agregado, de até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), ou seus equivalentes em outras moedas, entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA a partir da Data de Subscrição até a assunção da respectiva dívida;
- (n) emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvados eventuais



DUCE SP
03 03 15

aumentos de capital da Emissora e/ou das SPEs subscritos e integralizados exclusivamente pela Acionista e/ou pela Emissora;

- (o) celebração de contratos de mútuo pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvados: (i) aqueles mútuos celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuante, e as SPEs, na qualidade de mutuárias, até o término da implantação do Projeto, destinados exclusivamente à implementação do Projeto, os quais deverão ser quitados até 30 (trinta) dias após a última liberação de recursos pelo BNDES nos termos dos Contratos de Financiamento com o BNDES; ou (ii) os contratos de mútuo celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuante, e as SPEs, na qualidade de mutuárias, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs, destinados exclusivamente a liquidar obrigações assumidas nos Contratos de Financiamento com o BNDES; ou (iii) os contratos de mútuo celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuária, e as SPEs, na qualidade de mutuantes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, efetuados com o objetivo saldar as obrigações assumidas por qualquer das SPEs junto ao BNDES no âmbito dos Contratos de Financiamento com o BNDES; ou (iv) os contratos de mútuo celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuária, e as SPEs, na qualidade de mutuantes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, efetuados com o objetivo de suprir recursos à Emissora para que esta liquide suas obrigações assumidas junto aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão; ou (v) os contratos de mútuo celebrados entre a Acionista, na qualidade de mutuante, e a Emissora, na qualidade de mutuária, necessários à cobertura de insuficiências de recursos necessários à implantação do Projeto, os quais deverão ser quitados até o *Completion Físico* do Projeto;
- (p) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas diretos ou indiretos, cujo valor, isoladamente



DUCE SP
03 03 16

ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou, ainda, a redução de capital da Emissora, independentemente da distribuição de recursos aos seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futura aumento de capital (“AFACs”), exceto: (i) o cancelamento de eventuais AFACs efetuados pela Acionista na Emissora que tenham sido realizados exclusivamente (i.a) para a antecipação de recursos à Emissora pela Acionista para cobrir as insuficiências de recursos necessários à implantação do Projeto, os quais deverão ser pagos pela Emissora até o *Completion* Físico do Projeto ou (i.b) para antecipação de recursos à Emissora pela Acionista a serem obtidos com a presente Emissão; ou (ii) se aprovado expressa e previamente pelos Debenturistas, estes últimos conforme deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão; ou (iii) se verificada, cumulativamente, a ocorrência das seguintes condições: (A) até 31 de dezembro de 2020: (A.i) seja atingido o caixa consolidado mínimo de R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) por meio do somatório dos saldos disponíveis nas Contas Reservas Especiais das SPEs e na Conta Reserva Especial da Holding, sendo certo que este mínimo deverá ser mantido após a realização da redução de capital, amortização, resgate, pagamento ou conversão pretendida; (A.ii) seja verificado o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto, nos termos da Cláusula 4.17.2.5 acima; (A.iii) haja o preenchimento das Contas Reservas do Serviço da Dívida BNDES, das Contas Reservas de O&M, da Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures, a Conta Pagamento das Debêntures; (A.iv) atingimento do ICSD de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta décimos) no exercício imediatamente anterior, e desde que tal índice mínimo se mantenha após a realização da redução de capital, amortização, resgate pagamento ou conversão pretendida; (A.v) se comprovada a geração mínima consolidada de todas as Centrais Eólicas Geradoras de 453 GWh (quatrocentos e cinquenta e três Giga watt-hora), no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores à verificação ou receitas operacionais equivalentes; (A.vi) inexistência de inadimplemento de qualquer empresa que pertença ao grupo econômico da Emissora, perante o Sistema BNDES; e (B) após 31 de dezembro de 2020, todas as condições estabelecidas no item (A) acima, com exceção da condição descrita no item (A.i);

- (q) sem prejuízo da alínea (p) acima, realização de resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos seus



DUCE SP
03 03 16

devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA desde a Data de Subscrição até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado ao Agente Fiduciário, pela Emissora ou por quaisquer das SPEs, que (i) o protesto foi cancelado no prazo legal ou (ii) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

- (v) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- (w) se, após a respectiva formalização nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, quaisquer das Garantias tornarem-se ineficazes, inexecutáveis, inválidas, insuficientes ou ocorrer a degradação dos bens dados em garantia aos Debenturistas, conforme previsto nos Contratos de Garantia, bem como ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material tais Garantias ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia, desde que não sejam substituídas ou complementadas, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantia;
- (x) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, pelas SPEs e/ou pela Acionista, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, sem prévia autorização dos Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, observado que, em caso de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros decorrente exclusivamente de alteração do controle acionário ou reorganização societária da Emissora, aplicar-se-á o quórum de deliberação previsto nas alíneas (dd) ou (ee) abaixo, conforme o caso, desde que, nesses casos, eventuais alterações aos Contratos de Garantia sejam feitas única e exclusivamente para fins de modificação das respectivas partes contratantes e não importem em alteração das Garantias descritas nas Cláusulas 4.15 e 4.17 da presente Escritura de Emissão;
- (y) constituição, pela Emissora ou pelas SPEs a qualquer tempo, ainda que sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias, em valor acumulado superior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, entendendo-se como valor acumulado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, valor este a ser


81

300527
03 03 15

devidamente corrigido anualmente pelo IPCA desde a Data de Subscrição até a data de constituição do respectivo ônus, salvo (i) mediante autorização prévia de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão; (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; (iii) para fins de constituição de garantias exigidas pelo BNDES no âmbito dos Contratos de Financiamento com o BNDES, desde que sejam compartilhadas com os Debenturistas; (iv) aquelas requeridas em função de obrigações regulatórias regulares junto à ANEEL e/ou à CCEE e/ou à ONS no valor de até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais); e (v) os ônus constituídos em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., o Itaú Unibanco S.A. e o Banco Bradesco S.A., no âmbito do Contrato de Prestação de Fiança, ônus estes que estarão desconstituídos na data de constituição das Garantias Reais;

- (z) aplicação dos recursos oriundos da Emissão, pela Emissora ou pelas SPEs, em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;
- (aa) a alteração do escopo e da finalidade do Projeto sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (bb) realização de outros investimentos pela Emissora e/ou pelas SPEs, conforme o caso, que não os relacionados ao Projeto, ressalvados os investimentos permitidos pelas Autorizações, ou aqueles vinculados com infraestrutura social da região;
- (cc) alteração do objeto social da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, de forma que a atividade da Emissora deixe de ser exclusivamente a de deter participação em empresas de exploração do Projeto e/ou das SPEs deixe de ser exclusivamente a implantação e a execução do Projeto;
- (dd) mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora, da Acionista e/ou de quaisquer das SPEs, por qualquer meio, sem prévia autorização de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;



NUCE SP
03 03 18

- (ee) sem prejuízo do disposto na alínea (dd) acima, cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, bem como a criação de subsidiárias ou, caso as SPEs deixem de ser subsidiárias integrais da Emissora, ou ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou quaisquer das SPEs, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, exceto: (i) se previamente autorizado pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão; ou (ii) em caso de operações de incorporação ou incorporação de ações em que a Emissora seja a incorporadora e a incorporada seja uma das SPEs, desde que a SPE em questão seja subsidiária integral da Emissora;
- (ff) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora ou de quaisquer das SPEs de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento das SPEs ou da Emissora ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso das SPEs ou da Emissora a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (gg) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, pelas SPEs e/ou pela Acionista nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Oferta Restrita;
- (hh) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, desde que não revertida em até 10 (dez) Dias Úteis;
- (ii) abandono parcial e/ou paralisação na execução do Projeto, em ambos os casos, que possa causar um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido), ou abandono total do Projeto, ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação do Projeto;
- (jj) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs;

DUCESP
03 03 16

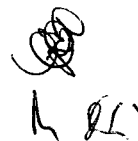
- (kk) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da referida decisão contra a Emissora e/ou contra quaisquer das SPEs e/ou contra a Acionista que impeça ou possa vir a impedir a continuidade e/ou a conclusão do Projeto;
- (ll) descumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou contra quaisquer das SPEs, em valor individual superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e/ou agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seus equivalentes em outras moedas, entendendo-se como valor acumulado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, valores estes a serem anualmente corrigidos pelo IPCA a partir da Data de Subscrição, ou, independentemente do valor, que impeça a continuidade e/ou a conclusão do Projeto;
- (mm) não atingimento do ICSD mínimo de 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) (inclusive), sendo que o ICSD será considerado como cumprido caso esteja no intervalo entre 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (exclusive) e 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) (exclusive) e sejam depositados na Conta de Complemento do ICSD da Emissora recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na Conta de Complemento do ICSD da Emissora, atinja 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da referida data de apuração do ICSD. O ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo V à presente Escritura de Emissão, devendo constar das referidas demonstrações financeiras opinião conclusiva do auditor acerca da apuração do ICSD; e
- (nn) não renovação das Fianças Bancárias até o 15º (décimo quinto) Dia Útil anterior ao término de sua vigência.
- 5.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantia, em até 2 (dois) Dias Úteis da sua ocorrência. O descumprimento deste dever pela

 R1

DUESP
03 03 15

Emissora e/ou por quaisquer das SPEs não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 5.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g) e (nn) da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, com a consequente declaração, pelo Agente Fiduciário, assim que ciente da ocorrência dos eventos indicados acima, do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigência do pagamento do que for devido, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou da necessidade de envio de qualquer forma de comunicação ou notificação à Emissora.
- 5.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles indicados na Cláusula 5.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quóruns previstos na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, caso aprovado por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação em primeira ou segunda convocação, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.6. Observado o disposto na Cláusula 8.3 abaixo, na hipótese: (i) de não instalação em segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima por falta de quórum; (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.5 acima por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.



DUESP
03 03 15

- 5.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 1 (um) Dia Útil comunicação com aviso de recebimento à Emissora ("Comunicação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante e Escriturador, informando tal evento, sendo certo que a Emissora deverá encaminhar a Comunicação de Vencimento Antecipado ao BNDES em até 1 (um) Dia Útil contado de seu recebimento, em função dos Contratos de Financiamento com o BNDES e do Contrato de Compartilhamento de Garantias. A Emissora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Comunicação de Vencimento Antecipado, deverá efetuar o pagamento do valor correspondente ao Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido ainda de Encargos Moratórios, se for o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 5.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula V, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP, informando o vencimento antecipado.
- 5.9. Não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos das SPEs ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando a, prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pelas SPEs perante o BNDES, nos termos dos Contratos de Financiamento com o BNDES, com ou sem alteração da taxa de juros dos Contratos de Financiamento com o BNDES, desde que: (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos o fluxo de recebíveis mínimo necessário para os pagamentos de amortização, Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das Debêntures; (ii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES; e (iii) não afete a capacidade da Emissora e/ou das SPEs em cumprir suas obrigações financeiras aqui previstas.



DUCE SP
03 03 15

CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DAS SPES E DA
ACIONISTA

6.1. Obrigações da Emissora

6.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; (b) relatório específico e conclusivo de apuração do ICSD consolidado, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, acompanhado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD, incluindo (caso o ICSD apurado esteja no intervalo entre 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (exclusive) e 1,30 (um inteiro e trinta centésimos) (exclusive)) a indicação do valor adicional necessário para que o ICSD apurado tivesse atingido 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), devidamente apurado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, conforme metodologia de cálculo prevista no Anexo V a esta Escritura de Emissão, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração, assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (w) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (x) não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações perante os Debenturistas; (y) que os bens e ativos da Emissora e das SPes foram mantidos devidamente assegurados e (z) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora e das SPes;



JUCESP
03 03 16

- (ii) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do fechamento de cada trimestre do ano fiscal, informações financeiras trimestrais da Emissora;
 - (iii) em até 7 (sete) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
 - (iv) dentro de até 3 (três) Dias Úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que forem objeto de publicação; e
 - (v) os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora de acordo com a definição de controle estabelecida no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo os fundos de investimento, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (ix) da Cláusula 7.3.1 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (x) da Cláusula 7.3.1 abaixo.
- (b) informar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações, inclusive ações judiciais ou procedimentos administrativos que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; (ii) possam vir a comprometer o Projeto; ou (iii) faça com que as demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (c) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, trabalhista relativa à saúde e segurança



DUCE SP
03 03 15

ocupacional, regulatório, ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora, impondo sanções ou penalidades;

- (d) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da ciência, sobre, no âmbito do Projeto: (i) a ocorrência de dano ambiental; e (ii) a instauração e/ou existência e/ou decisão proferida em processo administrativo ou judicial de natureza socioambiental;
- (e) dentro do prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação: (i) informar ao Agente Fiduciário sobre impactos socioambientais do Projeto e às formas de prevenção e contenção desses impactos; e (ii) disponibilizar cópia de estudos, laudos, relatórios, autorizações, licenças, alvarás, outorgas e suas renovações, suspensões, cancelamentos ou revogações relacionadas ao Projeto;
- (f) manter, sob a sua guarda, por 5 (cinco) anos, ou por prazo maior se solicitado pela CVM, todos os documentos e informações relacionados à Oferta Restrita, além de atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao intermediário líder da Oferta Restrita e o Agente Fiduciário; e (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (g) fornecer à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no subitem (iii) da alínea (f) acima e atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028, de 02 de abril de 2009, bem como fornecer à CETIP as demais informações solicitadas por tal entidade;



DUCE SP
03 03 15

- (h) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures para negociação e custódia eletrônica na CETIP;
- (i) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário da CETIP; e (iv) agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;
- (j) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (k) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão;
- (l) obter a classificação de risco (*rating*) preliminar das Debêntures pela Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina e fazer com que o Agente Fiduciário receba a respectiva súmula preliminar de *rating* com, pelo menos, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência ao início da Oferta Restrita, nos termos do artigo 7º-A da Instrução CVM 476, e obter a classificação de risco (*rating*) definitiva das Debêntures e fazer com que o Agente Fiduciário receba a respectiva súmula definitiva de *rating* em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da Data de Subscrição, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar anualmente, a partir da data de emissão do último relatório, até a Data de Vencimento das Debêntures o relatório da classificação de risco elaborado, (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco, (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (d) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's América Latina ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e



DUCE SP
03 03 16

convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco;

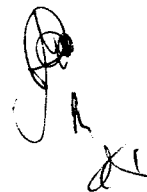
- (m) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade dos Contratos de Financiamento com o BNDES;
- (n) permitir inspeção das obras do Projeto por parte de representante do Agente Fiduciário, inclusive por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, observados os procedimentos, custo, escopo de trabalho e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;
- (o) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- (p) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (q) arcar com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e dos Atos Societários da Emissão, (iii) de registro dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como de seus respectivos aditamentos, (iv) de contratação e registro das Fianças Bancárias, bem como de seus aditamentos, e (v) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador e agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;
- (r) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (s) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do



JUCESP
03 03 15

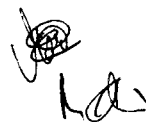
Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;

- (t) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa resultar no desenquadramento do Projeto como prioritário, nos termos da Lei 12.431, bem como enviar ao Agente Fiduciário declaração firmada por representante legal da Emissora comprovando a utilização dos recursos de acordo com os termos da Lei 12.431 ou qualquer outro documento que possa ser solicitado pelo Agente Fiduciário para fins de acompanhamento da utilização dos recursos no Projeto;
- (u) obter, manter e conservar em vigor (e, nos casos em que apropriado, renovar de modo tempestivo) todas as autorizações, aprovações, licenças, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias à implantação, à operação e ao desenvolvimento do Projeto e ao desempenho das atividades da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs;
- (v) enviar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias após os respectivos registros e averbações: (i) 1 (uma) via original da Escritura de Emissão, e de seus aditamentos, devidamente arquivada na JUCESP, nos termos da Cláusula 2.3.1 e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.1 acima; (ii) 1 (uma) via original das Fianças Bancárias, e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrada nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.4 acima; e (iii) 1 (uma) via original de cada um dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento, e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou Registro de Imóveis competentes, conforme aplicável, nos termos da Cláusula 2.5.2 acima;
- (w) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão e das Debêntures;



DUCE SP
03 03 16

- (ee) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ff) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor;
- (gg) notificar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, gerando um Efeito Adverso Relevante;
- (hh) manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), à ANEEL, ao MME e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), durante a vigência desta Escritura de Emissão;
- (ii) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades e das SPEs ou que sejam relevantes de forma que sua invalidade possa afetar a implementação e desenvolvimento do Projeto;
- (jj) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;
- (kk) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e por suas coligadas e seus administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros agindo em seu nome toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e



JUCESP
03 03 15

contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo (i) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; e (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira;

- (II) notificar o Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias da data em que tomar ciência, de que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo: (i) fornecer cópia de eventuais decisões proferidas nos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos; e (ii) apresentar ao Agente Fiduciário assim que disponível, cópia de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, acordos de leniência ou afins eventualmente celebrados, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos;
- (mm) adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela execução do Projeto;



10